

Apresentação

Desigualdades ainda imperam

Ivanir dos Santos

A revisão que a população acadêmica afro-brasileira de maneira geral vem promovendo na historiografia oficial do Brasil, mostra o consenso de que os negros nunca foram e jamais serão um grupo de pessoas docilmente domesticadas, à espera da boa vontade do senhor branco em lhes restituir os seus direitos civis. Por exemplo, quem estudou devidamente o Movimento Quilombola sabe que aquele foi um dos mais importantes eventos nativistas do período colonial. À época, o Brasil era o principal exportador mundial de cana-de-açúcar e a fuga dos escravos para os quilombos afetou consideravelmente a economia da Colônia e por tabela a da Coroa Portuguesa.

Se os escravos negros, com o quilombismo, tivessem ido além da necessidade de se livrar de um regime opressor, para uma ação mais concreta, no sentido de uma mudança radical no conceito de sociedade até então estabelecido, certamente a história da formação da nação brasileira teria sido outra.

Hoje, por um processo natural, a comunidade afro-brasileira se encontra politicamente mais organizada. Formou várias lideranças e fundou diversas entidades civis, que cumprem o importante papel de incentivar e promover as mudanças. O principal objetivo das organizações do Movimento Negro brasileiro hoje tem sido provocar um debate nacional, que chame o país à sua responsabilidade de resgatar sua dívida secular para com a população afrodescendente.

Nem mesmo a passagem para um novo milênio, 112 anos depois de outorgada a Abolição da Escravatura, foi capaz de incentivar o Estado brasileiro a cobiçar, pra valer, um estágio de modernização socio-política e econômica, que espontaneamente elevasse o padrão de vida da população de ex-escravos e seus descendentes. Chamo a atenção para esse fato, porque por trás desse processo, quem se estabeleceu foi aquela corrente de brasileiros que encontra conforto nos livros de História ou em freqüentes visitas a museus, onde se depara com a população negra aprisionada nas lendárias molduras das pinturas de Rugendas e de Debret no período colonial.

A grande preocupação dessa turma é que possam ser rompidas as barreiras que até então tem assegurado aos brancos muitas regalias em posições de prestígio e poder. As imagens a que me referi encontram-se desgastadas e contrastam com todas as contribuições que os negros têm dado para o desenvolvimento do país, e também com o sentimento e o direito à cidadania de milhões de cidadãos, que apenas lutam pelas mesmas oportunidades de acesso a patamares dignos de existência, que em terras brasileiras se constitui em um privilégio da população branca.

Não há como discordar que um dos problemas mais urgentes atualmente enfrentados pelas chamadas sociedades modernas, em diversas partes do mundo, é o desafio estabelecido entre povos e nações de conviver com a diversidade. Apesar de todo o marketing que vem sendo feito em torno da globalização, e difícil negar as dificuldades que o mundo está encontrando para criar e implantar políticas sociais que promovam harmonia na convivência e nas relações entre pessoas de diferentes origens culturais e étnicas.

Cientificamente está mais do que comprovado que nos países onde há divisões e desequilíbrios entre grupos de indivíduos para obtenção dos benefícios dos serviços sociais de qualidade existe um grande desperdício de talentos e capacidade humana. No Brasil, o capítulo que se refere às relações inter-raciais, aponta que estas sempre foram bastante complicadas e a cada dia se tornam mais tensas. A pátria amada e idolatrada é um pequeno feudo, onde ainda imperam os conceitos da desigualdade herdados dos senhores de engenho e dos barões do café - antigos proprietários de gente, cuja cultura continua sendo sustentada pela vaidade de uma camada emergente, que se presta a cumprir o papel idiota de veículo da intolerância.

O país precisa acordar para essa realidade, pois as conseqüências da manutenção desse comportamento não serão agradáveis. A sociedade brasileira precisa superar o atraso causado pela "invisibilidade social" imposta aos negros. Os que são excluídos, acabam transformando-se em marginalizados e onde há marginalizados não são remotas as chances de explodir o caldeirão.

A única maneira para se evitar os conflitos entre os diferentes grupos de uma determinada sociedade é a saída democrática, baseada nos

princípios de um sistema equilibrado de representatividade. Isso o Movimento Negro não abre mão. Assim como o Ceap, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, diversas outras organizações pró-negros são entidades civis sem fins lucrativos, com notório saber sobre as variações do comportamento humano nas classificações de raça e classe. Daí, temos sinalizado freqüentemente para a sociedade de maneira geral, com a nossa disposição para o diálogo e em ajudá-la a encontrar as formas ideais de criação e implantação de políticas públicas de Ação Afirmativa, que ponham fim às desigualdades forjadas em motivos étnicos.

O Brasil tem sido bastante censurado pela comunidade internacional, com base em diversos estudos científicos, que mostram que convivemos com um dos mais altos índices de injustiça social da América Latina. A violência policial e a ação de grupos de extermínio contra crianças e jovens negros, a influência racial na distribuição de renda, que um recente estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) aponta que um branco tem 120% mais de chances de ascender na carreira profissional do que um negro, além do tratamento desigual que os afro-brasileiros recebem do Poder Judiciário estão entre os temas principais, que serão abordados pelas organizações do Movimento Negro brasileiro, convidadas para participarem da 3ª Conferência Mundial contra a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, que será promovida pela Assembléia Geral das Nações Unidas na África do Sul em 2001.

Ate lá, esperamos que o governo brasileiro se empenhe em dar um salto qualitativo nas políticas de direitos humanos e se esforce para derrubar as barreiras oriundas do preconceito racial, que impedem os cidadãos de origem africana de atingirem bons níveis de qualificação educacional e profissional, o que acarretaria no fim das disparidades limítrofes das oportunidades de que, esta nação como um todo, possa ser encarada como em ordem e a serviço do progresso.

Ivanir dos Santos é pedagogo, presidente do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e ex-subsecretário de Direitos Humanos e Cidadania do RJ